CONTRATO Nº 026/2013
PROCESSO Nº 51402. 035270/2013-72

CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE TÚNEL NA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE/LESTE - FIOL, QUE ENTRE SI FAZEM A VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. E A EMPRESA GALVÃO ENGENHARIA S.A..

A **VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.**, empresa pública federal, concessionária de serviço público, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede no Setor de Edifícios Públicos Sul - SEP, Quadra 713/913, Bloco "E", Ed. CNC Trade, Brasília/DF, CEP nº 70.390-135, inscrita no CNPJ sob o no 42.150.664/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, Identidade sob o nº 8172-D/CREA/DF, inscrito no CPF sob o nº 381.024.981-53, residente e domiciliado na cidade de Brasília/DF, e por seu Diretor de Engenharia, **OSÍRIS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, Registro Geral nº 433.860-SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 019.361.401-44, domiciliado na cidade de Brasília/DF e **GALVÃO ENGENHARIA S.A.**, com sede na Rua Gomes de Carvalho 1510, 19º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.340.937/0001-79, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada por seus diretores **RICARDO CORDEIRO DE TOLEDO**, identidade nº 753.700-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 278.651.186-00 e **CARLOS FERNANDO NAMUR**, identidade nº 8.372.312-2 – SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 055.394.538-67, resolvem, com base no Processo nº **51402. 035270/2013-72**, que deu origem à CONCORRÊNCIA nº 002/2013, homologada em 05/08/2013, tendo por fundamento legal o artigo 23, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e demais diplomas que a alteram, celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para elaboração dos projetos executivos e execução das obras para implantação de Túnel de 780 metros de extensão (entre os Km 1315+860 e Km 1316+640), no município de Jequié/BA, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS:

2.1 Fazem parte integrante do presente Contrato, Edital e seus Anexos, Proposta de Preço da CONTRATADA bem como, independente de sua transcrição, os documentos autuados no processo nº **51402. 035270/2013-72.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ORDENS DE SERVIÇO:

3.1 Os serviços objeto do presente Contrato serão executados por meio de Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE e aceitas pela CONTRATADA.

3.2 Todo e qualquer serviço somente será iniciado após a emissão e aceite da respectiva Ordem de Serviço.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 O prazo de vigência do contrato é de 13 (treze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, em conformidade com o artigo 57, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2 O prazo para execução das obras a serem executadas no trecho entre os Km 1315+860 e Km 1316+640 da FIOL, a contar da emissão da respectiva Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, é de 10 (dez) meses consecutivos, sendo 03 (três) meses destinados ao recebimento provisório e definitivo das obras executadas e encontra-se detalhado no cronograma físico que consta do item 17 do presente Projeto Básico.

4.3 Considerando esse prazo, deverá ser elaborado e submetido à aprovação da CONTRATANTE pela CONTRATADA o planejamento das obras, inclusive seus cronogramas de execução.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

4.4 A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar cronograma detalhado à CONTRATANTE relativo aos projetos executivos necessários à execução das obras, considerando a ocorrência de períodos chuvosos e quaisquer outros eventos que possam interferir no andamento das obras e serviços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO:

5.1 O valor deste Contrato é de R$ 49.902.361,85 (quarenta e nove milhões e novecentos e dois mil e trezentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

5.2 Estão incluídos no valor estimado no Item 5.1 todos os custos previstos neste Contrato, inclusive remuneração da CONTRATADA, conforme condições estabelecidas no Edital e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

6. CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

6.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados, executados e aprovados, a preços integrantes da Proposta de Preços, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica estabelecido que nos preços propostos estarão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras, de acordo com as condições previstas no Projeto Básico, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

6.2 Apenas serão aceitas as obras e serviços acabados e concluídos. Para os itens de fornecimento que possuem critérios de medição e forma de pagamento nas especificações da CONTRATANTE, serão seguidas as especificações, nos demais casos, serão pagos somente após a aplicação do material.

6.3 A CONTRATADA deverá elaborar os projetos executivos necessários à execução das obras. Deverão ser apresentados pela CONTRATADA projetos executivos detalhados, inclusive quantidades dos serviços a serem executados e, quando necessário, ensaios e sondagens em conformidade com a normatização específica.

6.4 Independentemente de nova citação, para todos os preços, sejam eles unitários ou globais, valem as condições seguintes:

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

6.4.1 Todos os preços contratuais são fixos e independem do processo empregado na sua execução (manual ou mecânico), quaisquer que sejam os materiais, mão de obra e equipamentos empregados;

6.4.2 Todos os preços devem corresponder a serviço pronto, sendo que na sua execução estarão incluídas todas e quaisquer despesas, mesmo quando não são mencionadas expressamente;

6.4.3 Não haverá incidência de quaisquer taxas sobre materiais de fornecimento da CONTRATANTE;

6.4.4 Todos os preços incluem a remuneração de mão de obra, inclusive profissionais especializados, instalações, equipamentos, encargos sociais e demais despesas decorrentes da execução dos serviços;

6.4.5 Todos os serviços gráficos, bem como os relatórios e demais documentos técnicos, solicitados pela CONTRATANTE estão incluídos nos preços propostos;

6.4.6 A composição dos preços unitários deverá ser elaborada segundo os critérios de medição e remuneração dos serviços especificados;

6.4.7 A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à CONTRATANTE projeto "as built" sempre que for necessária a execução da obra com alteração em relação ao projeto executivo, sem que isso acarrete ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.5 PROJETOS EXECUTIVOS:

6.5.1 O pagamento relativo à elaboração dos projetos executivos necessários à execução das obras apenas será realizado após a sua conclusão e aprovação pela CONTRATANTE;

6.5.2 A execução de cada etapa das obras de engenharia será precedida de projeto executivo para a etapa e da conclusão e aprovação, pela CONTRATANTE dos trabalhos relativos às etapas anteriores. O projeto executivo de etapa posterior poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras de etapa anterior, desde que autorizado pela CONTRATANTE.

6.6 PREÇOS UNITÁRIOS:

6.6.1 A remuneração dos serviços será feita sempre baseada nas quantidades executadas e aprovadas, obtidas nas medições, segundo os critérios estabelecidos no Projeto Básico;

Grupo Galvão CSC Depto.Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

6.6.2 Os preços a utilizar no faturamento dos serviços serão os que figuram no orçamento apresentado pela CONTRATADA em sua proposta.

6.6.3 Todos os serviços, salvo quando expressamente mencionado em contrário, compreendem o fornecimento pela CONTRATADA dos materiais, mão de obra, serviços auxiliares, ferramental e equipamentos diretamente necessários à completa realização dos mesmos, bem como todos os testes e ensaios comprobatórios da qualidade estabelecida nas especificações técnicas e projeto dos materiais utilizados e serviços executados.

6.7 MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS:

6.7.1 As medições serão elaboradas pela CONTRATANTE ou por prepostos por ela indicados, mediante aviso dirigido à CONTRATADA por escrito. Deverá ser sempre feita pelo método cumulativo, acompanhada por preposto indicado pela CONTRATADA;

6.7.2 Serão medidas as quantidades dos serviços efetivamente executados no mês, desde que aprovados pela fiscalização da CONTRATANTE;

6.7.3 A liberação das medições, para pagamento, não significa aceitação provisória ou final dos serviços e/ou projeto. No caso de ser necessário refazer o serviço e/ou projeto ou eventuais reparos, estes serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE ;

6.7.4 Os serviços a serem executados deverão seguir rigorosamente o projeto aprovado pela CONTRATANTE, as orientações e metodologias indicadas nos projetos correspondentes a cada tipo de serviço e as normas técnicas vigente na CONTRATANTE, ABNT, DNIT e/ou AREMA.

6.8 PAGAMENTOS:

6.8.1 Os valores a serem pagos relativos aos serviços executados serão calculados conforme os critérios abaixo relacionados, sendo indispensável a sua aprovação pela CONTRATADA:

a) Multiplicando-se as quantidades executadas e medidas desde que verificadas e aprovadas pela fiscalização da CONTRATANTE, pelos preços unitários constantes na Planilha do Contrato;

b) Não caberá nenhum pagamento adicional aos preços contratuais, uma vez que nos mesmos estão incorporadas as particularidades do local e do projeto;

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

c) Uma vez aprovadas as medições e as faturas correspondentes, estas serão pagas ou creditadas de acordo com a cláusula contratual específica;

d) A critério da fiscalização da CONTRATANTE, as instalações do canteiro (edificações, acessos e outros) poderão ser deixadas para uso da CONTRATANTE após o término das obras e desmobilização;

e) Entende-se que todas as despesas pré-operacionais à instalação e operação do canteiro definitivo estejam contempladas na mobilização e instalação do canteiro a ser ofertada pela CONTRATADA, não cabendo, portanto qualquer tipo de remuneração específica para tais despesas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO:

7.1 Os preços contratuais, das obras a serem executadas poderão ser reajustados, desde que decorrido 01 (um) ano da data base do orçamento referencial da CONTRATANTE, considerada novembro de 2012. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado.

7.2 O índice utilizado para o reajuste, no caso do túnel, será o Índice de Obras Rodoviárias - Obras de Artes Especiais, nº da Série: 157964, que será calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e publicado na seção de Índices Econômicos da Revista "Conjuntura Econômica", Coluna Conjuntura: 36.

7.3 Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data base da proposta, o reajuste será aplicado pelo índice de Obra de Arte Especial, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 meses.

7.4 O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme fórmula abaixo:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado.

I0 = Índice de Obras Rodoviárias - Obras de Artes Especiais calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e publicados na seção de Índices Econômicos da Revista "Conjuntura Econômica", correspondente à data do orçamento referencial da CONTRATANTE.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

I1 = Índice de Obras Rodoviárias - Obras de Artes Especiais calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e publicados na seção de Índices Econômicos da Revista "Conjuntura Econômica", correspondente à data do reajuste.

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

7.5 Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que a CONTRATADA não tenha dado causa ao atraso.

7.6 Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem 7.4, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro aprovado pela CONTRATANTE e;

b) se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 A despesa decorrente da prestação dos serviços desta licitação correrá à conta dos recursos orçamentários para 2013 contidos na Lei Orçamentária anual – LOA/2013, Lei nº 12.798/13, Função Programática: 26.121.2126.20UA.0001 (Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transporte), Natureza da Despesa 4490.51.80 (Estudos e Projetos), Fonte de Recursos 0100 e Função Programática 26.783.2072.11ZE.0029 (Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste-FIOL – Ilhéus/Caetité), Natureza da Despesa nº 4490.91 (Obras e

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

Instalações), Fonte 0100. Para o exercício de 2014 estão previsto no Plano Plurianual – PPA 2012/2015, Projeto de Lei nº 29/2011-CN.

8.2 Para cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº 2013NE001667, em 07 de agosto de 2013.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 Compete à CONTRATADA executar as obras objeto deste Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda com as instruções emitidas pela CONTRATANTE, provendo os equipamentos e ferramentas necessários e efetuando sua manutenção de forma a garantir a sua plena funcionalidade.

9.2 As instalações administrativo-operacionais que atendam ao dimensionamento de efetivo próprio e de terceiros, equipamentos e materiais previstos para a realização dos serviços que constem da planilha de serviços do Projeto Básico.

9.3 A CONTRATADA deve prover os materiais necessários à execução das obras previstos neste Projeto Básico, acondicionando-os de forma a preservar sua qualidade.

9.4 A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

9.5 Fica a cargo da CONTRATADA a manutenção de depósitos e almoxarifados de materiais e de equipamentos até a conclusão e aceite pela CONTRATANTE das obras.

9.6 Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

9.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com o Artigo 69 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

9.8 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o Artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

9.9 Atender, prontamente, quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Projeto Básico e respectivo Edital, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.10 Manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do Contrato (art. 68 da Lei 8.666, de 1993).

9.11 Providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados.

9.12 Providenciar a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas do DNIT.

9.13 A empresa contratada deverá instalar e manter, sem ônus para a CONTRATANTE, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da CONTRATANTE com área mínima de 50 m².

9.14 Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua exclusiva conta todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, à CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal;

9.15 Cumprir rigorosamente as Normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, emanadas da legislação pertinente.

9.16 A CONTRATADA deverá colocar e manter placas indicativas do empreendimento, de acordo com os modelos adotados pela CONTRATANTE, que deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

9.17 Quando do envio dos projetos executivos para aprovação a CONTRATADA deverá fornecer estudos que comprovem a viabilidade do prazo de execução das obras contendo cronograma físico e financeiro, gráfico de Gantt, curva S, curva ABC, histograma de mão de obra e caminho crítico, de modo a atender o disposto no art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993.

9.18 Cronograma físico e financeiro, gráfico de Gantt, curva S, curva ABC, histograma de mão de obra e caminho crítico deverão ser atualizados e enviados pela CONTRATADA mensalmente à CONTRATANTE, com todas as informações de interesse da CONTRATANTE ou que a mesma julgar necessárias. Esses documentos deverão ser entregues às Superintendências de Programação de Obras (SUPOB) e Superintendência de Construção (SUCON).

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

9.19 Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços que a CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar.

9.20 Considerando que o transporte do material para bota-fora poderá ocorrer por vias urbanas e rodovias com tráfego intenso, o planejamento da obra deverá prever ações mitigadoras evitando acidentes ou transtornos ao tráfego existente.

9.21 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a CONTRATANTE possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Projeto Executivo, nos termos do artigo 111 da Lei 8.666, de 1993.

9.22 Facilitar o pleno exercício das funções da fiscalização da CONTRATANTE.

9.23 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela fiscalização da CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, bem como por qualquer multa a que vier a ser imposta pela CONTRATANTE, de acordo com as disposições do Contrato;

9.24 Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços contratados, por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar a bens da CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros.

9.25 Sendo necessário refazer o serviço, a CONTRATADA fica obrigada a realizá-lo nas condições contratadas, correndo por sua conta as respectivas despesas. Deixando a CONTRATADA de refazê-lo, a CONTRATANTE poderá contratar terceiro para executar o serviço, reconhecendo à CONTRATADA sua responsabilidade pelo respectivo pagamento, sem que tenha direito a reembolso ou prévia ciência dessa contratação.

9.26 Evitar situações que gerem inquietação ou agitação na execução dos serviços, em especial as pertinentes a atraso de pagamento do seu pessoal ou contratados.

9.27 Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicados para fins de capacitação técnica-profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Gestor do Contrato e ratificada pelo Diretor de Engenharia.

9.28 Executar os serviços em conformidade com a proposta aprovada e qualquer outra evidência que seja exigida no Contrato.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

9.29 Submeter, em tempo hábil, em caso de justificada necessidade de substituição o profissional indicado para execução dos serviços, o nome e os documentos demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu substituto à aprovação do Gestor do Contrato e ratificação pelo Diretor de Engenharia.

9.30 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

9.31 Após a assinatura do Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da empresa, no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via à fiscalização da CONTRATANTE.

9.32 Manter no Canteiro de Obras a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

9.33 Além das hipóteses previstas na legislação e nas normas aplicáveis, a CONTRATADA será responsável, ainda:

a) Pela inexecução, mesmo que parcial, dos serviços contratados;

b) Perante a CONTRATANTE ou terceiros, pelos danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão, erro ou imperícia, vício ou defeito, na condução ou execução dos serviços objeto do Contrato;

c) Pelo eventual acréscimo dos custos do Contrato quando, por determinação da autoridade competente e motivada pela CONTRATADA, às obras/serviços forem embargadas ou tiverem a sua execução suspensa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1 Rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.

10.2 Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.

10.3 Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.

10.4 Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

contratado que não esteja cumprindo fielmente o Contrato.

10.5 Notificar, por escrito, a CONTRATADA dos defeitos ou irregularidades verificados na execução dos serviços, fixando-lhe prazos para sua correção.

10.6 Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de multas, débitos e da suspensão da prestação de serviços.

10.7 Efetuar à CONTRATADA os pagamentos dos serviços executados e efetivamente medidos e faturados, nas condições estabelecidas no Contrato.

10.8 Realizar a medição dos serviços executados.

10.9 Obter as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.

10.10 No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização da CONTRATANTE, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao "local de execução dos serviços", bem como a todos os elementos de informações relacionados com as obras/serviços, pelos mesmos julgados necessários.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR CONTRATUAL E EQUIPE TÉCNICA:

11.1 A CONTRATANTE nomeará um Gestor para o Contrato, de seu quadro próprio, com poderes para representá-la. A CONTRATADA deverá indicar até 5 (cinco) dias da assinatura deste Contrato um representante seu, tecnicamente habilitado, para juntamente com o Gestor da CONTRATANTE, adotar as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

11.2 A CONTRATADA submeterá à aprovação prévia da CONTRATANTE a relação nominal de pessoal que será disponibilizado em cada Ordem de Serviço, dela constando o salário mensal correspondente à categoria em que for enquadrado cada profissional. Esta relação deverá ser atualizada sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

11.3 A CONTRATANTE se reserva ao direito de exigir a retirada ou a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que prejudicar o andamento normal dos serviços, ou ainda, que, por qualquer motivo, se tornar inconveniente ou indesejável no local da prestação dos serviços.

Grupo Galvão CSC Depto.Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

11.4 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, estabelecer procedimentos administrativos complementares, visando a implementar a fiscalização e o acompanhamento do Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 Os serviços objeto deste Contrato serão fiscalizados pela CONTRATANTE ou por prepostos, credenciados junto à CONTRATADA. Estando previsto a contratação de empresa de supervisão para o acompanhamento direto dos trabalhos.

12.2 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em consonância com os artigos 69 e 70 da Lei 8.666, de 1993.

12.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais e nas normas e especificações.

12.4 A CONTRATANTE irá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado. O acompanhamento se dará nos termos dos Art. 31 a 35 da Instrução Normativa nº 02/2008 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – SEGURO RISCO DE ENGENHARIA:

13.1 A CONTRATADA deverá providenciar as suas custas, seguro com coberturas básica, especiais, adicionais e de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço e a apólice de Risco de Engenharia, com as coberturas previstas, tendo a CONTRATANTE como beneficiária, no valor da contratação.

13.2 O seguro deverá ter vigência sobre todo o período da execução do Contrato, estendendo-se a cobertura por mais 03 (três) anos após a vigência do contrato.

13.3 Coberturas Mínimas

13.3.1 Cobertura Básica:

Grupo Galvão GSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

13.3.1.1 Seguros para obras civis em construção (OCC):

a) Riscos inerentes à construção ou erro de execução ou de projeto e sabotagens;

b) Riscos da natureza (danos causados por vendaval, queda de granizo, queda de raio e alagamento, entre outros);

13.3.2 Coberturas Especiais:

13.3.2.1 Despesas extraordinárias: cobre despesas de mão de obra para serviços noturnos e/ou realizados em feriados e finais de semana para consertos ou fretamento de meios de transporte;

13.3.2.2 Tumultos: cobre despesas com danos causados por tumulto, greve ou greve patronal (lockout);

13.3.2.3 Desentulho do local: cobre despesas com a retirada de entulho do local;

13.3.2.4 Obras concluídas: cobre danos materiais causados a partes da obra quando finalizadas;

13.3.2.5 Obras temporárias: cobre danos materiais causados exclusivamente a barracões e andaimes existentes no local da construção;

13.3.2.6 Despesas de salvamento e contenção de sinistros: cobre despesas com providências de emergência para conter as consequências de prejuízo decorrente de acidentes; e

13.3.2.7 Danos morais decorrentes de responsabilidade civil: cobre danos morais causados involuntariamente a terceiros em decorrência dos trabalhos pertinentes à obra.

13.4 COBERTURAS ADICIONAIS:

13.4.1 Erro de projeto/risco de fabricante: cobre danos causados à obra decorrentes de erro de projeto mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação;

13.4.2 Responsabilidade civil: além de garantir indenização para danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados;

13.4.3 Responsabilidade civil cruzada: cobre os danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros, decorrentes da execução da obra por empreiteiros ou subempreiteiros ligados diretamente ao segurado principal na prestação de serviços durante o prazo de vigência da apólice; e

Grupo Galvão CSC Depto.Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

13.4.4 Propriedade circunvizinha: cobre danos materiais a outros bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, existentes no canteiro de obras, desde que comprovadamente decorrentes dos trabalhos de execução ou testes.

13.5 GARANTIA:

13.5.1 Lucros cessantes decorrentes de responsabilidade civil: garante as quantias pelas quais o segurado é responsável, referentes a perdas financeiras e lucros cessantes causados involuntariamente a terceiros em decorrência dos trabalhos pertinentes à obras.

13.5.2 Responsabilidade civil do empregador: garante as quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente, devido aos danos corporais causados involuntariamente a empregados ou a seus representantes quando estiverem exclusivamente a seu serviço no canteiro de obras.

13.5.2.1 Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

b) Objeto a ser contratado, especificado no Edital;

c) Localidade do risco, destacando o nome da obra onde será executado o objeto licitado;

d) Nome e número do CNPJ do emitente (seguradora); e

e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (contratante da apólice).

13.5.2.2 O valor segurado deverá ser corrigido toda vez que incidir correspondente correção no montante contratual. Do mesmo modo, se houver prorrogação do prazo contratual a vigência da apólice deverá ser prorrogada por igual período.

14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1 A CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, na forma da Lei, sob pena de decair o direito à contratação.

14.2 A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do Contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver).

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

14.3 A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

- Carta de Fiança Bancária, conforme minuta constante do Edital;
- Seguro-Garantia;
- Caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública;

a) No caso de *Carta de Fiança Bancária*, esta deverá ser a critério da licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do Contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual ressalvados os casos em que a duração do Contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual. Além disso, a Carta de Fiança deverá ser devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinada na Lei nº. 6.015/73, art. 129 e deverá vir acompanhada de: cópia autenticada do estatuto social do banco; cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco; cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco e reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

b) No caso da opção pelo *Seguro-Garantia* o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da CONTRATANTE, cobrindo o risco de quebra do Contrato, pelo prazo da duração do Contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do Contrato, independente de notificação da CONTRATANTE sob pena de rescisão contratual.

c) No caso de opção pelo Título da Dívida Pública deverá estar acompanhado de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual esta informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate. No caso de opção por Caução em dinheiro, o interessado deverá obrigatoriamente efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº. 1.737/79, art. 1º, Inciso IV), pelo interessado, em conta de caução vinculada à CONTRATANTE. A garantia prestada pela CONTRATADA lhe será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

14.4 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70, da Lei nº. 8.666, de 1993. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com a subcontratada pelo cumprimento dessas obrigações. A inadimplência da CONTRATADA ou da subcontratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade sobre o seu pagamento, nem poderá onerar objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis, consoante o disposto no § 1º do Art. 71, da Lei 8.666, de 1993.

14.5 No caso de consórcio, fica obrigada a empresa líder do consórcio ou o representante do mesmo a oferecer caução garantia do Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

15.1 Concluídos os serviços, e após a medição final da obra, a CONTRATANTE promoverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após solicitação por escrito da CONTRATADA, a emissão do Termo de Recebimento Provisório que será acompanhado de relatório apontando os defeitos de construção, caso existam, que deverão ser corrigidos pela CONTRATADA.

15.2 A CONTRATADA será responsável pela conservação das obras pelo prazo de até 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, prazo esse prorrogável até que sejam corrigidos todos os defeitos possivelmente identificados pela CONTRATANTE.

15.3 Defeitos de construção constatados serão corrigidos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, nos prazos por esta determinados.

15.4 Decorrido o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, inclusive eventuais prorrogações, e constatado pela CONTRATANTE que os defeitos de construção foram corrigidos e sanados, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.

15.5 No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir as deficiências encontradas durante o período citado, a CONTRATANTE poderá proceder à correção dessas

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

deficiências e deduzirá as respectivas despesas de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA ou das garantias previstas na Cláusula Décima Quarta, sem prejuízo de efetivar cobrança judicial, se assim lhe aprouver.

15.6 A emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços dará à CONTRATADA o direito de proceder à sua desmobilização.

15.7 Decorridos 30 (trinta) dias da data de emissão do Termo referido no item 15.4 e desde que cumpridas todas as obrigações contratualmente assumidas pelas Partes, proceder-se-á ao encerramento formal do Contrato.

15.8 A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo durante a vigência do Contrato e, em especial, quando da formalização do encerramento desta relação contratual, a documentação que julgar necessária à comprovação do cumprimento de todos os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços objeto deste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE QUALIDADE E RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

16.1 A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pela perfeição dos serviços, pela qualidade dos materiais empregados e pelos processos utilizados na sua aplicação, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos serviços efetuados.

16.2 Se, por circunstâncias imputáveis à CONTRATADA, os serviços realizados apresentarem omissões ou defeitos decorrentes de sua execução, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA, que deverá corrigir essas omissões ou defeitos sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE e nos prazos por esta estipulados.

16.3 No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir os defeitos, erros, omissões ou falhas nos serviços, a CONTRATANTE procederá à correção dos mesmos, respondendo a CONTRATADA pelo ônus relativo a tal inadimplemento contratual e sanções correspondentes.

16.4 Caso a CONTRATANTE venha a pagar diretamente os serviços executados, de acordo com o estabelecimento no item 16.3, será ressarcida dos valores respectivos, e de imediato, pelo desconto respectivo nos créditos de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA, ou,

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

em não os havendo, nas garantias contratuais sem prejuízo da cobrança judicial respectiva se assim desejar proceder a CONTRATANTE.

16.5 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos sofridos, ou que a CONTRATANTE venha a sofrer, em decorrência de atrasos na entrega parcial ou final dos serviços, exceto nos casos de força maior definidos neste instrumento contratual.

16.6 A CONTRATADA será responsável pela segurança e solidez das obras contratadas, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, sem prejuízos das demais responsabilidades contratuais e legais previstas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PESSOAL DA CONTRATADA:

17.1 A CONTRATADA assumirá toda a responsabilidade decorrente da legislação trabalhista e previdenciária, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, não apenas de seus empregados, prepostos ou representantes, como também de toda mão-de-obra, de qualquer natureza, que porventura contratar e/ou utilizar, sendo assim a única responsável pela administração desse pessoal na execução dos serviços, devendo, em consequência, observar as disposições legais vigentes.

17.2 A CONTRATADA credenciará um representante tecnicamente habilitado, no local dos serviços, ambos com poderes para representá-la, tecnicamente e legalmente. Todos e quaisquer documentos, avisos, notificações e/ou solicitações a qualquer um deles entregue, será sempre tida como se entregue à CONTRATADA, ficando esta obrigada para todos os efeitos legais e contratuais decorrentes daquela entrega.

17.3 Com o objetivo de garantir o padrão de quantidade dos serviços, a CONTRATADA se obriga a apresentar previamente à CONTRATANTE a relação dos empregados que integrarão, em nível de chefia e coordenação, o corpo técnico a ser utilizado na execução dos serviços, reservando-se à CONTRATANTE o direito de rejeitar, a seu critério exclusivo, aqueles que, com base nas suas qualificações técnicas, não atenderem às necessidades dos serviços. Por outro lado, e com o mesmo objetivo, nenhum técnico da CONTRATADA já alocado aos serviços poderá ser por esta afastada sem a prévia aprovação do respectivo substituto pela CONTRATANTE.

17.4 A CONTRATANTE reserva-se ao direito de exigir, a seu critério, a retirada ou a substituição, dentro de 48 (quarenta e oito) horas e sem ônus, de qualquer empregado da

Grupo Galvão CSC Depto Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

CONTRATADA que prejudicar o andamento normal dos serviços ou, ainda, que, por qualquer motivo, se tornar inconveniente ou indesejável no local dos serviços.

17.5 A CONTRATADA deverá planejar, conduzir e executar seus serviços observando rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação em vigor e as instruções e medidas de segurança internas que forem determinadas pela CONTRATANTE, por escrito, bem como obriga-se a prover seu pessoal de campo com material e equipamento de proteção e de segurança.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COOPERAÇÃO COM OUTRAS CONTRATADAS:

18.1 A CONTRATADA obriga-se a cooperar com outras possíveis empresas contratadas pela CONTRATANTE, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma.

18.2 A CONTRATADA conduzirá os seus serviços de materiais de modo a não interferir, provocar atrasos, embaraço ou qualquer limitação nos trabalhos das demais contratadas.

18.3 Quaisquer entendimentos entre as contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da CONTRATANTE.

18.4 Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à CONTRATADA, ocasionar danos aos serviços por terceiros já executados, arcará esta com os custos de restauração dos mesmos às suas condições originais e, em não o fazendo, adotará a CONTRATANTE os procedimentos consignados na Cláusula Vigésima Quarta.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PROPRIEDADE E CARÁTER CONFIDENCIAL DOS SERVIÇOS:

19.1 Todos os dados desenvolvidos em função de Contrato, inclusive desenhos, projetos, programas de processamento de dados, estimativas e quaisquer outras informações neles usadas serão de prioridade da CONTRATANTE, não podendo em hipótese alguma ser utilizados, reproduzidos, divulgados ou transmitidos a terceiros sem a sua prévia autorização por escrito. Esses dados deverão ser entregues à CONTRATANTE ao término da execução dos serviços e antes da expedição do Termo de Recebimento Definitivo.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FORÇA MAIOR:

20.1 Se, por circunstâncias de força maior, a CONTRATADA ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações contratuais, deverá comunicar esse fato imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, informando os efeitos do evento. Constatada, pela CONTRATANTE, a existência de tais circunstâncias, os serviços serão suspensos, mediante comunicação escrita da CONTRATANTE, enquanto perdurar a condição de força maior. Quando essa condição se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, contados da sua constatação pela CONTRATANTE, qualquer das Partes contratantes poderá pedir a rescisão do CONTRATO, cabendo à CONTRATANTE, nesse caso, exclusivamente o encargo de pagar à CONTRATADA a importância correspondente aos serviços executados até a data da ocorrência do evento de força maior.

20.2 Para efeito deste Contrato, consideram-se circunstâncias de força maior aquelas definidas na jurisprudência consolidada e na legislação em vigor.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS:

21.1 O pagamento e o recolhimento de quaisquer tributos, encargos ou contribuições, inclusive parafiscais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, correrão por conta e inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

21.2 Caso a CONTRATADA seja autuada, notificada ou intimada pela autoridade competente por inobservância do disposto no Item 21.1 e isto implicar responsabilidade solidária da CONTRATANTE, esta poderá reter, dos pagamentos vincendos, montante equivalente ao encargo não recolhido pela CONTRATADA, até que esta satisfaça o pagamento devido, não incidindo, nessa hipótese, quaisquer juros ou reajustamento sobre as parcelas retidas.

21.3 Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quaisquer indenizações por danos ou prejuízos causados por ação ou omissão sua ou de seus propostos à CONTRATANTE ou a terceiros, bem como pela inobservância ou infração de disposições previstas em lei, regulamentos ou posturas vigentes, em decorrência da execução dos serviços previstos neste Contrato.

21.4 A CONTRATADA deverá providenciar a matricula da obra junto ao INSS (Acordão 368/2010 – Segunda Câmera) e anotação no CREA da ART referente ao Projeto Executivo, bem como obtenha as devidas licenças juntos aos órgãos competentes.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

21.5 Caso a CONTRATANTE venha a obter algum tipo de incentivo fiscal a ser aplicado ao Projeto da Ferrovia, deverá comunicar à CONTRATADA, por escrito. Após essa comunicação, a CONTRATADA deverá observar o disposto:

a) A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE, sob a forma de redução de custo, nas suas faturas, as isenções que esta possa vir a obter.

b) Caberá à CONTRATADA providenciar o reconhecimento, junto à autoridade fiscal competente, de todos os incentivos fiscais aplicáveis ao Projeto da Ferrovia, na área de atuação deste Contrato, inclusive nas subcontratações, se houver.

c) Os benefícios fiscais obtidos serão totalmente repassados pela CONTRATADA à CONTRATANTE até 5 (cinco) dias após a data de seu efetivo aproveitamento.

d) Se a CONTRATADA der causa ao não aproveitamento, à revogação, à diminuição ou à suspensão, de quaisquer incentivos fiscais aplicáveis ao Contrato, arcará com os ônus disso decorrentes.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DOS INCENTIVOS FISCAIS:

22.1 Caso os serviços, objeto deste Contrato, venham a ser beneficiados com incentivos fiscais de quaisquer natureza, que resultem em redução dos custos mesmos, a CONTRATADA repassará à CONTRATANTE o valor equivalente aos benefícios recebidos.

22.2 Caso qualquer benefício fiscal, aplicável aos serviços deste Contrato, deixe de ser gozado por culpa imputável à CONTRATADA, esta se obriga a arcar com o ônus decorrente da não incentivação dos mesmos, ficando desde logo acordado que a CONTRATANTE pagará sempre o preço incentivado dos serviços.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

23.1 Nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

23.1.1 Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

23.1.2 As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

limite de 25% (vinte e cinco por cento).

23.1.3 O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do Contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

23.2 As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, III, da Lei n° 12.465, de 2011).

23.3 A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, mantendo-se, em qualquer aditivo, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado na fase interna da licitação e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993 (artigo 125, § 6°, IV, da Lei n° 12.465, de 2011).

23.3.1 Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite de proporcionalidade acima fixado, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo (artigo 125, § 6°, VI, da Lei n° 12.465, de 2011).

23.4 Uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUARTA - DAS SANÇÕES:

24.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

24.2 O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará à CONTRATADA a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato.

24.3 A multa a que alude o subitem anterior não impede que a CONTRATANTE rescinda

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei.

24.4 A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo Contrato, quando for o caso.

24.5 Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

24.6 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

24.6.1 ADVERTÊNCIA é o aviso por escrito, emitido quando a CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

a) Pela Superintendência de Licitações e Contratos, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório; e

b) Pelo Gestor Contratual da CONTRATANTE se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato.

24.6.2 MULTA é a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo Ordenador de Despesas da CONTRATANTE, por atraso injustificado na entrega, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto do Contrato, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso.

II. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto do Contrato, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.

III. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega objeto do Contrato, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

IV. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, recusam parcial ou total na entrega do objeto do Contrato, ou rescisão do Contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

24.6.2.1 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666, de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato;

II. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e

III. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

24.6.2.2 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

24.6.3 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I. O atraso não superior a 05 (cinco) dias; e

II. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

24.6.4 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no inciso III do item referente à DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE e observado o princípio da proporcionalidade.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

24.6.5 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou autorização de fornecimento deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 24.6.2.

24.6.6 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item referente à MULTA não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

24.7 SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente a CONTRATADA de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e Federal (Parecer nº 87/2011/DECOR/AGU), de acordo com os prazos a seguir:

I. Por até 30 (trinta) dias, quando vencido o prazo de advertência, emitida pela CONTRATANTE, a CONTRATADA permanecer inadimplente; e

II. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a CONTRATADA:

a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) Receber qualquer das multas previstas no item referente à MULTA e não efetuar o pagamento.

24.8 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I. A Superintendência de Licitações e Contratos, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II. O Ordenador de Despesas da CONTRATANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

24.9 A penalidade de suspensão será registrada no SICAF e publicada no Diário Oficial da União.

24.10 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

I. Para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 24.7.

II. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

III. As sanções de ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO e de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE poderão ser aplicadas juntamente com a do item MULTA, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo Processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

IV. A sanção estabelecida no inciso I é de competência exclusiva do Ministro de Estado dos Transportes, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

24.11 DISPOSIÇÕES GERAIS

24.11.1 As sanções de SUSPENSÃO e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do Contrato:

I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.12 DO DIREITO DE DEFESA

24.12.1 É facultado à CONTRATADA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

Grupo Galvão CSC Depto Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

24.12.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

24.12.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.12.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, devendo constar:

I. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

III. O fundamento legal da sanção aplicada; e

IV. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

24.12.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema em caso de suspensão para licitar.

24.13 DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

24.13.1 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial da União as sanções de ADVERTÊNCIA e de MULTA aplicadas, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

24.13.2 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da CONTRATADA.

24.13.3 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

24.13.4 As sanções de MULTA e SUSPENSÃO serão aplicadas pelo Ordenador de Despesas da CONTRATANTE.

Grupo Galvão ESC Depto Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

24.13.5 A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE será aplicada Ministro de Estado dos Transportes.

24.13.6 Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

24.14 DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

24.14.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à CONTRATANTE pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA – DA RESCISÃO:

25.1 O presente Contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.2 Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa, à CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no Art. 80, Incisos I a IV, Parágrafos 1º a 4º do aludido diploma legal, no que couber.

25.3 O não cumprimento pela CONTRATADA de qualquer de suas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais, principalmente o pagamento de seu pessoal nos prazos devidos, ou a reiterada impontualidade no cumprimento dessas obrigações, ensejará a rescisão do Contrato pela CONTRATANTE.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123. De 2006, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

26.2 A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços por ela executados, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela qualidade técnica.

a) Se, por culpa da CONTRATADA, os serviços, por ela executados, apresentarem

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. de Nascimento

omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATADA deverá corrigi-los, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, nos prazos determinados pela CONTRATANTE.

b) No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar a corrigir estas omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATANTE procederá à correção, respondendo a CONTRATADA pelo inadimplemento contratual, multas e outras sanções cabíveis, podendo, ainda, a CONTRATANTE se ressarcir desses custos com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA.

26.3 A CONTRATADA se compromete a refazer ou corrigir, às suas expensas, os serviços que, após entrega final, tenham sido comprovadamente executados com erro ou imperfeição técnica por sua culpa, exclusiva, nos moldes estabelecidos pelo Código Civil.

26.4 A CONTRATADA será responsável pelos seguros de seu pessoal, do equipamento que utilizar e por todos os seguros exigidos por lei, necessários à execução dos serviços contratados.

26.5 A CONTRATADA, na qualidade de empregadora do pessoal em serviço, é, como tal, única e exclusiva responsável pelos salários de seus empregados, bem como por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações tributárias, previdenciárias, trabalhistas, sociais e securitárias, inclusive pelas despesas relacionadas às rescisões e indenizações, em função do presente CONTRATO ou dele decorrentes, não existindo, de modo algum, vínculo de qualquer natureza entre seus empregados e a CONTRATANTE.

26.6 A CONTRATADA facultará à CONTRATANTE a fiscalização e apuração das horas trabalhadas pelo seu pessoal, podendo tal fiscalização ser feita diretamente pela CONTRATANTE, através de seus empregados, ou através de auditores.

26.7 A CONTRATADA se compromete a não fornecer a terceiros quaisquer dados ou informações referentes aos serviços deste Contrato.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA - DA RENÚNCIA:

27.1 O não exercício de qualquer direito que caiba à CONTRATANTE no caso de inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA neste instrumento, não será interpretado como renúncia, podendo ser exercidos tais direitos a qualquer tempo.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA - DA CESSÃO E SUB-ROGAÇÃO:

28.1 Não será permitida a cessão ou sub-rogação do total ou partes acessórias do objeto deste Contrato.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

29.1 Para as obras ou serviços listados a seguir, será permitida a subcontratação, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, no limite de 30% (trinta por cento) do valor total das obras ou serviços:

- Estudos e projetos
- Sondagens
- Ensaios
- Serviços topográficos eventuais
- Mobilização, instalação e desmobilização

29.2 A subcontratação desses serviços se justifica por sua natureza específica e especializada.

29.3 Em caso de subcontratação do objeto, esta deve efetivar-se, também, mediante Contrato e somente após verificado o atendimento a todas as condições de habilitação constantes do edital e impostas às concorrentes que participaram do evento.

29.4 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade por eventual subcontratação das obras ou serviços acima relacionados perante a CONTRATANTE e deverá ter dessa última prévia e expressa anuência.

29.5 A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em consonância com os artigos 69 e 70 da Lei 8.666, de 1993.

29.6 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados por meio da subcontratação em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais e nas normas e especificações.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – REGISTRO DO CONTRATO E AUDITORIA:

30.1 Será de responsabilidade da CONTRATADA registrar este Contrato, seus Aditivos e eventuais subcontratos, nos órgãos aos quais devam ser submetidos, de acordo com a legislação e nos prazos legais e providenciar todas as licenças, documentos ou certidões exigidas por lei, fornecendo cópias devidamente autenticadas à CONTRATANTE, dentro de 20 (vinte) dias após a assinatura deste Contrato.

30.1.1 Dentro do prazo máximo de 20(vinte) dias úteis após a assinatura do Contrato, deverá a CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE o comprovante de registro do instrumento contratual junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) com jurisdição no local da execução dos serviços.

30.2 Para fins de inspeção e exame, todos os registros da CONTRATADA, relativos às suas obrigações legais e fiscais, deverão ser colocados à disposição da CONTRATANTE e/ou de quem ela designar, durante o horário normal de trabalho, nos locais onde forem habitualmente guardados ou nos escritórios da CONTRATADA.

30.2.1 Toda e qualquer documentação, inclusive àquela referente aos levantamentos e cálculos de quantidades de serviços, deverá ser colocada à disposição da CONTRATANTE, a qualquer tempo e quando por esta solicitada, para verificação e auditoria que poderá ser exercida, diretamente ou por terceiros.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA – INSTRUÇÕES E CUIDADOS AMBIENTAIS / SUSTENTABILIDADE:

31.1 A CONTRATADA deverá seguir das condições estabelecidas no item 9 do Projeto Básico.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

32.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste instrumento, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

33. CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA – DO FORO:

33.1 O foro competente, eleito pelas partes, é o da Justiça Federal da cidade de Brasília - Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 07 de agosto de 2013.

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

OSÍRIS DOS SANTOS
Diretor de Engenharia

JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JÚNIOR
Diretor Presidente

GALVÃO ENGENHARIA S.A.

RICARDO CORDEIRO DE TOLEDO
Diretor

CARLOS FERNANDO NAMUR
Diretor

TESTEMUNHAS:

NOME: Marisa Cristiane de Santos CPF: 193752351-49

NOME: Nuno Rocha A. Tristão CPF: 037 182751-11

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

Visto da GECOC/SULIC
Helder A. S. do Nascimento